



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Constituição de 1988 consolidou direitos dos trabalhadores](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/10/2018

A Constituição da República Federativa do Brasil, que hoje faz 30 anos, trouxe avanços significativos para os direitos dos trabalhadores. Várias garantias já existentes na CLT receberam status constitucional, alguns direitos foram ampliados e outros incluídos. Foi ela que garantiu aos trabalhadores a jornada de oito horas diárias e 44 horas semanais (antes eram 48 horas), o aviso-prévio proporcional, a licença-maternidade de 120 dias, a licença-paternidade e o direito de greve.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Constituição de 1988 trouxe inúmeras inovações para ordem jurídica brasileira](#)

Supremo Tribunal Federal - 05/10/2018

No contexto histórico em que foi elaborada, a Constituição Federal de 1988 precisava trazer inovações, ampliar direitos e resgatar as garantias individuais asseguradas pela Carta de 1946 que foram suprimidas durante o Regime Militar. Logo no seu início, a Constituição Cidadã identifica os fundamentos e as bases do Estado brasileiro que se instaura com ela: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

[Contrato em vigor não impede que empregado seja indenizado por dano material](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/10/2018

O empregado teve dois dedos da mão direita amputados em acidente com serra elétrica ocorrido em março de 2014. Após o fim do benefício previdenciário, em julho de 2014, ele retornou ao serviço em função adaptada. Mas, diante da necessidade de realização de cirurgia, de pagamento de plano de saúde e de compra de medicamentos, resolveu ajuizar, em outubro do mesmo ano, reclamação trabalhista na qual pedia indenização por danos morais, materiais e estéticos no valor total de R\$ 500 mil.

[TST afasta indisponibilidade de bens de empresa e de sócios em dissídio coletivo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/10/2018

O relator, ministro Ives Gandra Martins Filho, destacou que a [Orientação Jurisprudencial 3 da SDC](#) considera incompatíveis as pretensões de arresto, apreensão ou depósito com os dissídios coletivos. “Pela inteligência dessa OJ, verifica-se que a determinação de indisponibilidade dos bens da empresa e de seus sócios, no dissídio coletivo de greve em análise, é medida incompatível com a natureza desta ação”, concluiu.

[Multa de 40% do FGTS não incide sobre valor do aviso-prévio indenizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/10/2018

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da multa de 40% sobre o saldo do FGTS, devida nos casos de dispensa imotivada, a projeção do aviso-prévio indenizado. A decisão ocorreu no julgamento de recurso da WMS Supermercados do Brasil Ltda. (Walmart) em processo ajuizado por um vendedor. Conforme a jurisprudência do TST ([Orientação Jurisprudencial \(OJ\) 42 da SDI-1](#)), não há previsão legal para a incidência da multa sobre o aviso-prévio indenizado.

[TST sedia seminário sobre 30 anos da Constituição da República e um ano da Reforma Trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2018

O Tribunal Superior do Trabalho sedia na próxima semana, nos dias 8 e 9/10, o Seminário Internacional 30 anos da Constituição Cidadã e Um Ano da Reforma Trabalhista. A abertura está marcada para as 19h do dia 8 (segunda-feira) com a conferência Direito Social e o STF: Cenários do Século XX, Janelas para o Século XXI, proferida pelo ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto. Clique [aqui](#) para fazer a inscrição.

[Segunda fase do eSocial começa na próxima quarta-feira](#)

Ministério do Trabalho - 05/10/2018

Empresas com faturamento inferior a R\$ 78 milhões em 2016, não optantes pelo Simples, devem estar atentas ao início da segunda fase do eSocial. A partir desta quarta-feira (10), os empreendimentos que integram esse grupo devem informar os dados dos trabalhadores, bem como os seus vínculos empregatícios ao sistema. Essas informações são chamadas de eventos não periódicos e devem ser enviadas até 9 de janeiro de 2019.

[Ministro destaca avanços do Brasil sobre futuro do trabalho](#)

Ministério do Trabalho - 03/10/2018

O ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, fez um pronunciamento nesta quarta-feira (3) durante a 19ª Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Cidade do Panamá, capital panamenha. Representando o Brasil, que preside o grupo dos países da América Latina e Caribe (Grulac) na OIT, o ministro falou sobre a criação, no Brasil, do Comitê de Estudos Avançados sobre o Futuro do Trabalho.

[Comitê que debate o futuro do trabalho faz segunda reunião](#)

Ministério do Trabalho – 02/10/2018

A segunda reunião do Comitê de Estudos Avançados sobre o Futuro do Trabalho foi realizada nesta terça-feira (2), em Brasília. Durante o encontro foram apresentados diagnósticos setoriais sobre o impacto das novas tecnologias nos setores de Indústria, Comércio e Serviços.

[Dor nas costas é a quinta maior causa de afastamento do trabalho](#)

Ministério do Trabalho – 02/10/2018

As dores nas costas são a quinta maior causa de afastamento no trabalho por mais de 15 dias no país, atrás apenas de casos de fraturas. No ano passado, foram 12.073 casos de dorsalgia, como são conhecidas as dores nas costas – 6,13% de um total de 196.754 afastamentos.

[Conheça os direitos das trabalhadoras diagnosticadas com câncer de mama](#)

Ministério do Trabalho – 01/10/2018

O câncer de mama causou o afastamento de mais de 21 mil mulheres do trabalho no ano passado. A doença é o tipo de câncer de maior incidência na população feminina brasileira, depois do de pele não melanoma, respondendo por cerca de 29% dos novos casos a cada ano. Somente em 2018, a estimativa é de que 59,7 mil novos casos sejam detectados, segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca).

[MPT lança produtos para marcar os 30 anos da Constituição](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/10/2018

Um livro de artigos, uma edição especial da revista Labor, um gibi: são alguns dos materiais lançados pelo Ministério Público do Trabalho para marcar o aniversário da Constituição Federal, que nasceu exatamente há 30 anos, no dia 5 de outubro de 1988. Além dos produtos, serão veiculados, até 10 de outubro, 17 vídeos nas redes sociais do MPT, dando destaque a atuações que só foram possíveis a partir da Constituição Cidadã.

[Especialistas criticam impacto da reforma trabalhista sobre os direitos sociais](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/10/2018

Na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho Delgado defendeu que a crise econômica não pode ser justificativa para negar direitos sociais e trabalhistas previstos na Constituição Federal. A manifestação ocorreu durante evento do Ministério Público do Trabalho (MPT) em comemoração aos 30 anos da Carta Magna, realizado na terça-feira (2).

[Ministério do Trabalho é obrigado a corrigir falhas em sistema de inspeção](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/10/2018

O Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT-GO) obteve uma importante vitória na Justiça Federal: a condenação da União, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho (MTb), devido às falhas encontradas no Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT). Dentre as medidas

determinadas na sentença, expedida pela 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, estão a definição de que nenhuma fiscalização seja encerrada sem o registro do respectivo auto de infração (salvo exceções previstas em lei) ou a lavratura do respectivo auto de infração para os casos de falta de registro de empregado, falta de anotação da carteira de trabalho e reincidência do empregador/infrator, por exemplo. A Secretaria de Inspeção do Trabalho tem o prazo de 30 dias para definir cronograma de implementação das medidas, as quais deverão ser adotadas em todo território nacional.

[Ministério do Trabalho divulga atualização da Lista Suja com 209 empregadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/10/2018

O Ministério do Trabalho – MTb publicou nesta sexta-feira, 5 de outubro, mais uma atualização do Cadastro de Empregadores flagrados e autuados por reduzir trabalhadores a condições análogas às de escravos, a Lista Suja. A última publicação foi feita em abril de 2018, por determinação da Justiça – saiba mais [aqui](#), já que o Ministério do Trabalho descumpriu o prazo determinado pela [Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4](#).

[Sindicato segue atuante em Comitê sobre o futuro do trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/10/2018

Um dos principais aspectos abordados refere-se aos impactos das novas tecnologias sobre o emprego, qualitativa e quantitativamente. São, por exemplo, questões sobre automação relacionada à diminuição dos postos de trabalho, qualificação da mão de obra para inserção da economia nacional na chamada Revolução Industrial 4.0, desaparecimento ou substituição de carreiras e surgimento de novas. Temas que o trabalhador e entidades representativas terão que enfrentar.

[Publicado novo cronograma do eSocial](#)

Portal eSocial - 05/10/2018

O Comitê Diretivo do eSocial publicou a [Resolução CDES nº 05](#) no DOU desta sexta-feira (5/10/2018), que alterou a [Resolução CDES nº 02](#) e definiu novos prazos para o envio de eventos para o eSocial, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de implantação do sistema. Após a conclusão da sua 1ª etapa, que envolveu as 13.115 maiores empresas do País, foi possível fazer um diagnóstico conclusivo das reais dificuldades que as empresas enfrentam para ajustar seus sistemas e processos ao novo modelo de informação. A nova norma atende demandas das entidades representativas dos contribuintes que solicitaram, em diversos expedientes, ampliação dos prazos do processo de implantação do sistema.

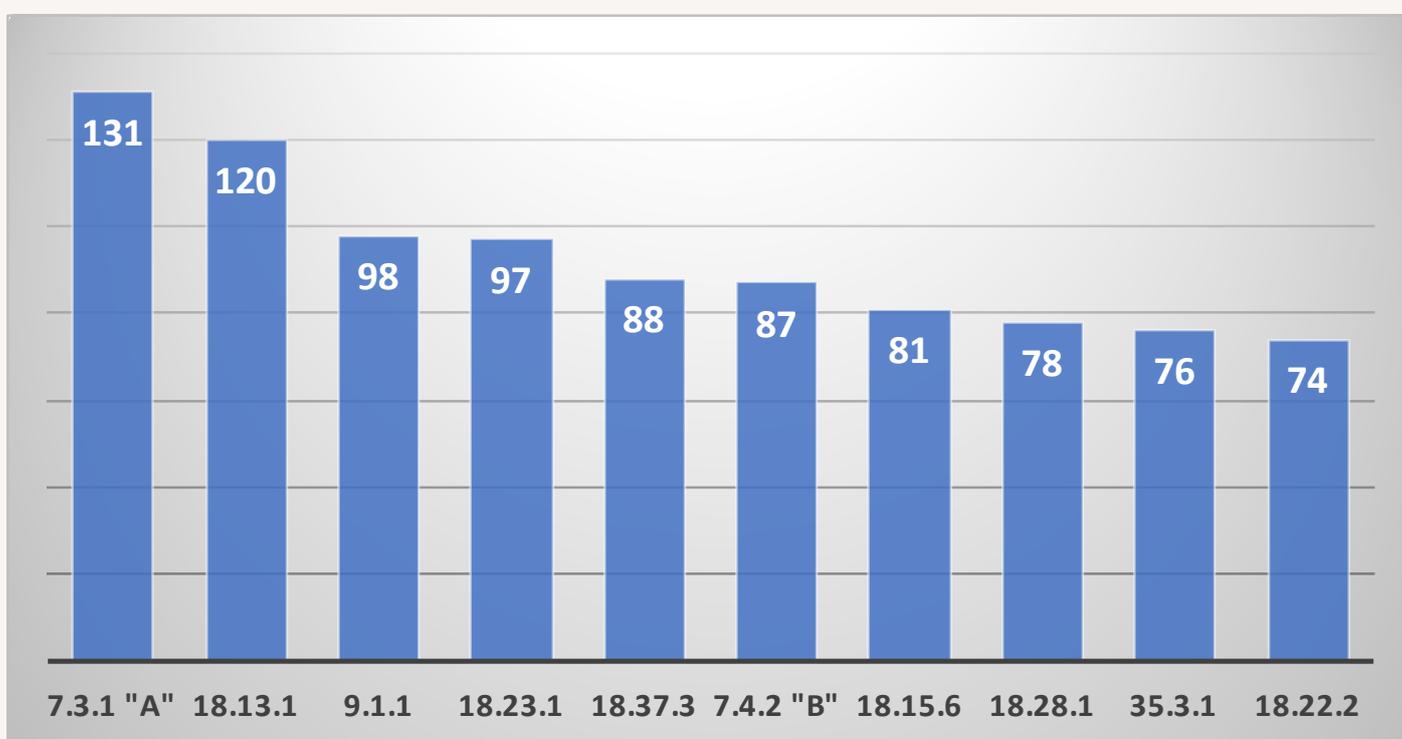
Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 854, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018](#) (DOU de 04/10/2018 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais;

[RESOLUÇÃO CDES Nº 5, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018](#) (05/10/2018 Seção I Pág. 24) - Altera a Resolução CDES nº 2, de 30 de agosto de 2016, do Comitê Diretivo do eSocial, que dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais "Regularizados na Ação Fiscal" durante a fiscalização do Ministério do Trabalho na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTb

* Regularizados na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de "notificações" ou "autuações realizadas" pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho. Os atos fiscais do MTb são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

7.4.2 Os exames de que trata o item 7.4.1 compreendem:

b) exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos nesta NR e seus anexos.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.28.1 Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

35.3.1 O empregador deve promover programa para capacitação dos trabalhadores à realização de trabalho em altura.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
José Carlos Martins
Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)
Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente da CPRT

Gilmara Dezan
Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas
Clóvis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico